



Cómo citar este artículo:

Jacinto Pereira, L. & Santos e Campo, M. A. (2020). Orientação para alunos do Ensino Médio frente às crises emocionais e o bullying no espaço escolar. *MLS Educational Research*, 4 (2), 114-130. doi: 10.29314/mlser.v4i2.377

ORIENTAÇÃO PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO FRENTE ÀS CRISES EMOCIONAIS E O BULLYING NO ESPAÇO ESCOLAR

Leandra Jacinto Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

tutoraleandra@yahoo.com.br · <https://orcid.org/0000-0002-4808-7630>

María Aparecida Santos e Campos

Fundação Universitária Iberoamericana (Brasil)

amanda_pietra@hotmail.com · <http://orcid.org/0000-0001-7190-5438>

Resumo. O presente artigo busca dialogar sobre a Orientação Educacional para adolescentes sobre as crises emocionais, bullying e Educação em Direitos Humanos. A opção epistemológica por abordar a presente temática advém de uma preocupação que envolve a percepção intelectual, como também, a experiência sinestésica no campo laboral. O objetivo central se delimita ao analisar como o Orientador Educacional pode auxiliar na saúde e na prevenção de estresse entre adolescentes do ensino médio. Esta investigação está alicerçada na abordagem qualitativa, compreendendo as diferentes técnicas interpretativas, pressupostos relativistas e representação verbal de dados. O campo de investigação se dá em um Colégio Estadual, de Três Rios (Brasil). Os sujeitos da pesquisa foram 30 alunos com idades variantes entre 14 e 19 anos, regularmente matriculados e frequentando o Ensino Médio da instituição, atendidos pela Orientação Educacional, entre os anos de 2018-2019, que apresentaram o quadro de crises emocionais. A coleta de dados foi feita através de: observação e entrevistas. A análise de dados ocorreu de acordo com Minayo (2003, p. 74) que preconiza para o conteúdo manifesto. Os aspectos éticos da pesquisa atenderam aos pressupostos da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Resultado: Conclui-se que o trabalho do OE na escola é fundamental no acolhimento dos alunos nas crises emocionais, uma vez que pode identificar e prevenir e encaminhá-los para o serviço de saúde mental, dessa forma mantém uma conexão com os centros sanitários na de prevenção dos fatores estressores.

Palavras-chaves: Orientação Educacional, crises emocionais, bullying e Educação em Direitos Humanos.

GUIDELINES FOR HIGH SCHOOL STUDENTS FOR EMOTIONAL CRISIS AND BULLYING IN SCHOLL SPACE

Abstract. This article seeks to discuss the Educational Guidance for adolescents on emotional crises, bullying and Human Rights Education. The epistemological option to approach the present theme comes from a concern that involves intellectual perception, as well as the synesthetic experience in the labor field. The central objective is limited by analyzing how the Educational Counselor can assist in health and stress prevention among high school adolescents. This investigation is based on the qualitative approach, comprising the different interpretative techniques, relativistic assumptions and verbal representation of data. The research field takes place in a State College of Three Rivers, (Brazil). The research subjects were 30 students with ages ranging from 14 to 19 years, regularly enrolled and attending high school attended by the Educational Guidance, between 2018-2019, who presented the picture of emotional crises. Data collection was done through: observation and interviews. Data analysis occurred according to Minayo (2003, p. 74) who advocates for manifest content. The ethical aspects of the research met the assumptions of resolution 196/96 of the National Health Council. Result: It is concluded that the work of the EO at school is fundamental in welcoming students in emotional crises, since it can identify and prevent and refer them to the mental health service, thus maintaining a connection with the health centers in the city. of stressor prevention.

Keywords: Educational Guidance, emotional crises, bullying and Human Rights Education.

ORIENTACIÓN PARA ESTUDIANTES DE LA ESCUELA SECUNDARIA PARA CRISIS EMOCIONALES Y ACOSO EN EL ESPACIO ESCOLAR

Resumen. El presente artículo busca discutir la Orientación Educativa para adolescentes, crisis emocionales, intimidación y educación en derechos humanos. La opción epistemológica para abordar el tema actual proviene de una preocupación que involucra la percepción intelectual, así como la experiencia de sinestesia en el campo laboral. El objetivo central está limitado al analizar cómo el Consejero Educativo puede ayudar en la salud y la prevención del estrés entre los adolescentes de secundaria. Esta investigación se basa en el enfoque cualitativo, que comprende las diferentes técnicas interpretativas, los supuestos relativistas y la representación verbal de los datos. El campo de investigación se lleva a cabo en una universidad estatal. de los Tres Ríos, (Brasil). Los sujetos de investigación fueron 30 estudiantes con edades comprendidas entre 14 y 19 años, matriculados regularmente y asistiendo a la escuela secundaria a la que asistió la Orientación Educativa, entre 2018-2019, que presentaron la imagen de las crisis emocionales. La recolección de datos se realizó mediante: observación y entrevistas. El análisis de los datos se realizó de acuerdo con Minayo (2003, p. 74) que defiende el contenido manifiesto. Los aspectos éticos de la investigación cumplieron con los supuestos de la resolución 196/96 del Consejo Nacional de Salud. Resultado: se concluye que el trabajo del EO en la escuela es fundamental para dar la bienvenida a los estudiantes en crisis emocionales, ya que puede identificarlos, prevenirlos y derivarlos al servicio de salud mental, manteniendo así una conexión con los centros de salud de la ciudad de prevención del estrés.

Palabras clave: Orientación educativa, crisis emocionales, bullying y educación en derechos humanos.

Introdução

O presente artigo é fruto de reflexões acerca do trabalho do Orientador educacional frente às demandas trazidas por alunos adolescentes à escola no que concerne às crises emocionais vivenciadas no século XXI. Sendo a ansiedade, o pânico, a depressão, o estresse entre outros, presenças constantes em uma grande parcela de alunos adolescentes e jovens do Colégio Estadual, Moacyr Padilha.

A opção epistemológica por abordar a presente temática advém de uma preocupação que envolve a percepção intelectual, como também a experiência sinestésica no campo laboral, uma vez que todos os dias alunos adolescentes procuram os serviços de Orientação Educacional do colégio para relatar seus estados emocionais dentro e fora da escola, além de solicitarem ajuda para uma possível superação das dificuldades enfrentadas por eles.

Diante do exposto anteriormente, várias questões são postas ao crivo de uma reflexão, como por exemplo, por que tantos adolescentes apresentam quadros emocionais críticos? Quais são as causas ou estressores que levam um adolescente a apresentar tal quadro? Como amigos e familiares deste adolescente não percebem mudanças comportamentais? Qual a abordagem familiar a problemática?

Seriam diversos fatores a serem investigados, porém, o foco deste artigo se delimita em como o Orientador Educacional pode auxiliar de forma integrada a outros setores e profissionais da saúde na prevenção das crises emocionais entre adolescentes?

As principais fontes bibliográficas acessadas foram Limo Gomes (2003) Fante (2003), Candau (2008) e Andrade (2009).

Método

A realização de uma pesquisa tem como objetivo a busca de novos conhecimentos, processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos saberes e/ou confirmar algum conhecimento pré-existente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. Desse modo a presente pesquisa teve por finalidade a compreensão e esclarecer os transtornos causados pela avaliação mal aplicada.

Por outro lado, esta é uma investigação pedagógica que se submete tanto no campo psicopedagógico e da saúde emocional quanto no processo ensino e aprendizagem. e da gestão das inter-relações sociais dos discentes dentro da escola

Desta forma optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa, pois esse método compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, pressupostos relativistas e representação verbal de dados com objetivo de traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, sendo o pesquisador um interpretador da realidade (Bradley, 1993).

Assim para desenvolver essa pesquisa utilizou-se o método de Estudo de Caso, pois como nos diz Chizzotti (2003, p.102):

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Campo de estudo

O campo de investigação foi o Colégio Estadual. Moacyr Padilha, uma escola de Ensino Médio localizada na cidade de Três Rios – RJ - (Brasil) com a capacidade para 2.300 alunos, atualmente possui aproximadamente 1261 alunos, localizada no bairro de Vila Isabel, comunidade que possui o maior índice populacional do Município.

Assim como grande parte das instituições de públicas de ensino brasileiras, os alunos deste campo de investigação vivenciam os problemas ligados à violência urbana, condições inadequadas de transporte, moradias precárias, baixos salários dos responsáveis, alcoolismo, uso drogas ilícitas, dentre outros. A maior parcela do quantitativo de alunos é oriunda do próprio bairro, porém um percentual considerável reside no centro da cidade e nos bairros adjacentes. O colégio anualmente recebe muitos alunos oriundos das escolas particulares.

De outra parte, consideram-se problemas centrais da unidade escolar: a distorção idade-série, o crescimento do número de alunos em progressão parcial, a dicotomia entre os ideais pessoais e os sociais, a desagregação familiar, os conflitos próprios da adolescência e oriundos da localidade, como seleção de valores, a conquista de status, a necessidade do jovem de reivindicar seu espaço e de contestar o que é pré-estabelecido, de elaboração de identidade e, principalmente, a necessidade de inserção no seu grupo social e etário.

Nesta perspectiva, a busca de autoconhecimento, compreensão da sociedade e a descoberta de seu lugar social, constituem-se os maiores desafios da unidade escolar, tornando-se premente a busca de propostas pedagógicas inovadoras e educativas que permitam conscientizá-los da importância da sua formação acadêmica, humana, política e social.

Amostra

Para esta investigação foi constituída uma amostra de 30 alunos com idades variantes entre 14 e 19 anos, regularmente matriculados e frequentando o Ensino Médio da instituição mencionada, atendidos pelo serviço de Orientação Educacional, entre os anos de 2018-2019, que apresentaram o quadro de ansiedade, pânico, depressão, automutilação, ideação suicida.

Critérios de inclusão e exclusão: ser aluno do colégio, estar matriculado e frequentando regularmente a escola, não padecer de problemas psíquicos que pudessem alterar os resultados do estudo.

Coleta de Dados

A fase de coleta de dados é de grande importância na elaboração de qualquer pesquisa científica foram tomados todos os cuidados para garantir a qualidade da informação que se deseja obter. Assim sendo, a coleta de dados foi feita através de: observações, entrevistas e registros em momentos de atendimento. Destarte foram utilizados, questionários, entrevistas e conversas para a obtenção dos dados.

Análise de Dados

De acordo com Minayo (2003, p. 74) a análise de conteúdo tende a verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. “(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente)”. A análise e a interpretação dos conteúdos obtidos enquadram-se na condição dos processos a serem seguidos.

Segundo Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo conceitua-se, como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Sendo assim, a análise de dados é o processo de ordenação dos conteúdos, e esses serão analisados e ordenados procurando fundamentá-los de maneira coerente demonstrando resultados confiáveis.

Aspectos Éticos da Pesquisa

Os aspectos éticos da pesquisa seguiram o que determina a Resolução 196/96 do CNS, Ministério da Saúde.

Foram assegurados o anonimato, o sigilo das informações e das imagens que pudessem revelar as identidades dos participantes. Desta maneira foram adotados pseudônimos para a sua identificação neste presente artigo.

A confidencialidade dos depoimentos foi mantida à medida que se processou a análise de dados impedindo qualquer tipo de identificação ou de origem de exposição.

Resultados

Espera-se com esta investigação poder contribuir através da análise e interpretação do papel do Orientador Educacional, como um profissional que utiliza o diálogo como uma das principais ferramentas de ajuda e controle frente às crises emocionais vivenciadas pelos adolescentes nos tempos de pós-modernidade. Somado ao papel que a escola e sua equipe pedagógica assumem no processo de prevenção de futuros distúrbios comportamentais e emocionais de seus alunos na construção da identidade dos discentes, considerando-se a diversidade de agentes estressores no ambiente educacional como o bullying e outros.

Considera-se também a relevância da prática pedagógica dos Orientadores Educacionais, junto aos docentes nos cursos de formação continuada oferecida pela equipe pedagógica para o trabalho com a diversidade e seus efeitos no ambiente escolar.

O cotidiano vivenciado por um Orientador no contexto do presente campo de pesquisa infere múltiplas tarefas que vão desde buscar suprir necessidades básicas das famílias dos alunos como levantamento monetário para custeio de pagamentos de contas de água, luz, gás e de alimentos até o acolhimento durante episódios de crises emocionais.

No exercício da função e buscando conhecer o corpo discente, suas famílias e o contexto no qual a instituição está inserida pode-se levantar um grande conjunto de registros das experiências trazidas pelos alunos à sala de Orientação.

Muito embora no Brasil o mês de setembro seja o marco para a conscientização e para a prevenção ao suicídio, no Colégio Estadual Moacyr Padilha houve a necessidade de estender tal processo ao longo do ano letivo tendo em vista os inúmeros casos de crises emocionais apresentados pelos alunos.

Assim, a equipe pedagógica e os alunos preocupados com a situação, propuseram-se a realizar uma pesquisa mediante questionários e em conjunto com professores para analisarem a real situação dos problemas comportamentais, emocionais e suas consequências. Posteriormente elencar propostas para possíveis soluções ao quadro apresentado.

As imagens em forma de gráficos que seguem abaixo demonstram os resultados obtidos por estes alunos. Tais resultados foram expostos nos corredores do colégio em julho de 2019, conforme figuras 1 e 2.



Figura 1. Número de suicídios no Brasil por ano. Cartaz exposto no Colégio Estadual Moacyr Padilha em 08/07/2019.

Nota: elaborado pela própria autora (2019).



Figura 2. Total Geral de Idealização e Tentativas de Suicídio no Colégio Estadual Moacyr Padilha.

Nota: Cartaz exposto no Colégio Estadual Moacyr Padilha em 08/07/2019, elaborado pela própria autora (2019).

A unidade educativa é uma instituição pública no interior do Estado do Rio de Janeiro/BR. Sua clientela é formada precipuamente por minorias sociais: negros, pobres, população LGBT e mulheres que sofrem com mito de que a sociedade brasileira vive uma democracia racial e social. Tal sociedade utiliza a máscara da democracia para encobrir sua face racista, xenofóbica, LGBT fóbica, sexista e desigual.

Uma sociedade que através da cultura imposta exerce pressões extremas aos adolescentes. Neste contexto podemos dizer que a conduta dos adolescentes pode ser influenciada por quem se encontra a seu lado, todavia, negar qualquer tipo de suporte e acolhimento pode levar o indivíduo a desenvolver doenças emocionais.

Por outro lado, a escola pode exercer um papel primordial para estes adolescentes, uma vez que segundo Andrade (2009, p. 42) a educação escolar tem um papel fundamental a desempenhar na construção e na valorização de um mundo verdadeiramente plural, onde caibam todos e todas, onde as diversas culturas, etnias e identidades sejam respeitadas. A escola é uma instituição que faz parte da sociedade e deve estar aberta para contribuir e propiciar visibilidade à diversidade cultural.

Segundo Gomes (2003, p. 75) a cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Não existe apenas um significado para a palavra cultura, a mesma está em constante construção e reflexão. Falar sobre a cultura na educação é falar sobre um espaço onde pessoas de diversas realidades possuem relações interpessoais. Cada um carrega em si o contexto do lugar de onde veio, seja na fala, nos valores, nas crenças.

A sociedade brasileira, todavia, foi construída sobre a desigualdade. O poder, os bens, os direitos foram distribuídos de forma desigual entre as pessoas. Esse fato ainda é encontrado atualmente na sociedade, pois as minorias vivem à margem, tendo seus

direitos negados e desrespeitados, não conhecendo o que é a igualdade e muito menos a equidade.

No entanto, nossos exemplos referentes às falas de alguns alunos em momentos de consultas com a equipe pedagógica: “*Contei para minha mãe que sou lésbica. Depois disto ela quando fala comigo só me chama de a desgraça da vida dela. Que eu só dou desgosto*”. (Ag, 16 anos, 2018).

O papel da escola é preparar toda a comunidade escolar para neste momento acolher esses alunos, demonstrando, que é um espaço harmônico, seguro, saudável e propício para a aprendizagem, respeitando, reconhecendo em sua pedagogia as diferenças, sejam elas de qualquer origem e valorizar as mesmas.

Gomes (2003, p. 75) destaca que a ênfase na discussão da cultura no campo educacional não deve se restringir ao simples elogio às diferenças ou ficar reduzida aos estudos do campo do currículo e da cultura escolar. Desta forma, corre-se o risco de não explorar toda a riqueza que tal variação pode trazer. A escola não pode ter uma interpretação simplista sobre as diversas culturas que a rodeiam.

Nos estudos de Vianna (2015, p.791-806), observa-se que no Brasil o movimento LGBT, cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (crossdressers, drag queens, transformistas, entre outros)”, nasce no final dos anos 1970 e no início dos anos 2000, também integrando bissexuais, que começam a cobrar da sociedade civil reconhecimento.

A fala transcrita abaixo traz alguns questionamentos acerca da desigualdade racial dentro da sociedade e da escola:

Hoje indo para a casa parei já dentro do condomínio onde moro para ver uma briga entre duas mulheres. Não demorei ali, subi para meu apartamento e minutos depois ouvi gritos: cadê aquela neguinha que estava aqui? Meu celular sumiu. Só pode ter sido ela. (Lz, 18 anos, 2019)

Frente a tal relato é preciso refletir que a cultura, de certo modo, dita a forma de vida do indivíduo. Ela é uma construção social histórica transmitida de geração em geração, com o passar do tempo e de acordo com a sociedade, sofre alterações, no entanto a cultura é dinâmica. O Brasil é um país plural constituído por diversas culturas deste modo a escola precisa preparar-se para lidar com os desafios propostos. Em consequência a escola se torna reprodutora da cultura, da discriminação e do preconceito. E quando não reconhece na prática pedagógica e currículo essa diversidade cultural, poderá segregar aluno fora dos padrões culturais criados pela sociedade.

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em vigor tem a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da

sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (NR).

Em instituições de ensino do Brasil e do mundo, alunos negros acabam sendo alvo de violência e de segregação. Este é um dos males que a escola precisa combater com todas as ferramentas possíveis. O fazer docente precisa ser refletido permanentemente, pois articular a igualdade nas diferenças é um desafio para a educação da atualidade, é preciso desconstruir toda uma cultura que foi impregnada na sociedade ao longo do tempo.

Assim, apresenta-se o relato de Sb:

Minha mãe recebe um salário muito baixo. Meu pai é viciado em drogas e passa meses sumido. Agora meu irmão resolveu vender droga para poder comprar as coisas que tem vontade de ter. Só eu sei disto na minha casa e não estou suportando mais. (Sb, 17 anos, 2017)

Este é um relato comum na sala de Orientação que reflete no ambiente escolar a desigualdade social. No entanto, a escola deve constituir-se em um espaço socioeducativo de igualdade e esperança para a mobilização social. É preciso que os profissionais da educação estejam mais atentos às variações comportamentais e emocionais dos alunos, buscando à criação de ocasiões de escutas às diferenças, como: rodas de conversas, GVGO, dentre outros que valorizem o processo educativo e o respeito às diferenças.

Catherine Walsh (2012, p.33) no texto “Interculturalidad y (de) colonialidad:

...perspectivas críticas y políticas”, aborda que na América do Sul “la interculturalidad está presente en las políticas públicas y en las reformas educativas y constitucionales, y es eje importante tanto en la esfera nacional-institucional como en el ámbito y cooperación inter/transnacional.

Compreende-se, no entanto, que a interculturalidade presente nas políticas públicas brasileiras não constitui em benesses do Estado às diversas minorias sociais, mas sim, mecanismos paliativos para conter as massas de excluídos economicamente no país que lutam por seus direitos através de grupos organizados.

Observa-se que desigualdades sociais são marcantes frente a uma organização com base capitalista. Tais desigualdades impedem uma integração satisfatória dos indivíduos e de grupos aos direitos e privilégios estabelecidos socialmente.

O desenvolvimento do potencial humano crítico e transformador por vias interculturais é fundamental para uma proposta de educação emancipadora que tenha como objetivo a formação para a autonomia ultrapassando o individualismo fragmentador. Tal individualismo enxerga as pessoas como simples ferramentas a serviço do desenvolvimento econômico.

A escola possui a missão de levar os alunos a perceberem a igualdade de direitos, que cada grupo social tem a sua singularidade e que não existe cultura melhor que a outra, dessa forma, deixando para trás o paradigma da superioridade de um grupo sobre o outro. É nítido que a escola brasileira ainda possui um longo percurso pela frente para efetivação do respeito e a valorização das identidades culturais.

Traz-se assim, os relatos de alunos aos que se nomeia ficticiamente para proteção de dados:

“Professora, parece que todos ao meu redor sentem nojo de mim. Ninguém fala comigo, merendo sempre sozinho, fico sempre sozinho em todos os momentos. O que eu fiz de errado?” (Br, 15 anos)

Hoje fui dar um recado para minha turma sobre a prova que haverá amanhã. A professora que me pediu. Não me deixaram falar. Mandaram que u calasse a boca. Caso contrário, iriam me encher de pancadas. É sempre assim. Quando terminar o ano vou sentir falta dos professores, dos funcionários, do prédio do colégio. Jamais sentirei falta dos alunos. Não me acostumo a ser maltratada o tempo todo. (Lv, 17 anos)

Eu queria muito ir ao passeio da escola, mas os avisos foram passados através do grupo de whatsapp. Quando há um recado importante me removem do grupo. Dois dias depois me adicionam de novo para que eu não veja o que foi combinado e fique de fora. As alunas da minha sala parecem que me detestam. (Rn, 16 anos).

As estratégias da escola na prevenção do bullying

Bullying é uma palavra de origem inglesa, sendo que, a palavra *Bully* é traduzida como valentão e tirano, portanto, pode-se dizer que seria o mesmo de violentar, amedrontar e causar sofrimento. São sempre ações repetitivas, agressivas e com uma grande característica: atos com desequilíbrio de poder. Fante (2005, p. 80) diz que o desequilíbrio de poder se dá de várias maneiras, por a vítima ser menor em estatura e força física que o agressor, por estar em minoria, por não apresentar habilidade de defesa e pouca flexibilidade psicológica perante o agressor.

O fenômeno do bullying pode se manifestar em todo lugar que há relações interpessoais, como no mundo virtual. Mas nesse caso, ele recebe outra variante, o cyberbullying. O impacto que causa pode ser muito grave e, às vezes, irreversível. Existem casos de indivíduos que após sofrer bullying, tiveram sua vida emocional total ou parcialmente abalada. Tal comportamento na escola, pode interferir no processo de ensino e aprendizagem, acarretando muitas vezes evasão escolar, traumas inclusive distúrbios emocionais e outros.

Silva (2010) e Neto (2005) salientam que o fenômeno do bullying é uma questão de saúde pública, causador de problemas emocionais e psicológicos. Por isso, é preciso que os profissionais da educação e multiprofissionais trabalhem de juntos nessa luta, visando promover uma interação social saudável e segura.

Neto (2005) salienta ainda que a escola é uma instância reprodutora da violência externa, influenciada pelas relações agressivas interpessoais e sociais presentes na sociedade. Mas, ele aponta soluções para que haja a resolução para tal problema, que seria criação de escolas seguras e saudáveis para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, sem que a violência lhes traga danos físicos e psicológicos. Propondo essas formas de combate ele visa a diminuição do comportamento agressivo entre os alunos por meio da elucidação da sua natureza, como também possíveis consequências para os envolvidos no ato.

Dessa forma, a escola precisa firmar o compromisso de trazer a tona discussões, debates, palestras, rodas de conversa para levantarem reflexões juntamente com os alunos sobre o bullying, havendo também regras que rege a instituição contra todo e qualquer

ato de violência, discriminação ou preconceito, desenvolvimento a autonomia dos alunos para eles próprios criem suas ações de conduta antibullying.

É necessário que haja meios de prevenção ao bullying no espaço escolar, ele precisa ser tratado pedagogicamente. Sendo assim, as práticas docentes, precisam ser (re) pensadas de forma crítica e reflexiva, para que a escola não continue sendo cenário corrente desse tipo de violência ou de qualquer outra.

A instituição de ensino tem um compromisso social, sendo necessário o desenvolvimento de projetos e planos para superação de tais situações. Ações de prevenção e combate nos casos de violência devem ser criadas, apesar de ser muito difícil erradicar totalmente, os esforços devem ser constantes. Além do estímulo ao diálogo é importante investir numa relação empática e afetiva entre alunos e equipe pedagógica e se torna indispensável a participação da família nessa missão.

O *bullying* interfere de maneira devastadora na aprendizagem, na vida escolar e na socialização, sendo que, muitas vezes, as consequências dele deixam marcas e podem ser sentidos por toda a vida. Alguns desenvolvem transtornos, depressão, insegurança, baixa autoestima, ansiedade, stress e outros malefícios.

Vítimas, agressores ou espectadores, todos precisam de uma atenção especial de acordo com o papel que representam. Cada um deve ser tratado de forma a solucionar este problema. As vítimas precisam de atenção e acompanhamento para superação de traumas. Os agressores precisam de um tratamento para descobrir a origem e os motivos que o fazem agredir pessoas para que a solução possa ser encontrada.

O *bullying* interfere de maneira devastadora na aprendizagem, na vida escolar e na socialização, sendo que, muitas vezes, as consequências dele perduram mesmo após o fim das violências e podem ser sentidos por toda a vida. Alguns desenvolvem transtornos, depressão, insegurança, baixa autoestima, ansiedade, e nos casos mais graves, pode ocorrer o suicídio.

Vítimas, agressores ou espectadores, todos precisam de uma atenção especial de acordo com o papel que representam. Cada um deve ser tratado de forma a solucionar este problema. As vítimas precisam de atenção e acompanhamento para superação de traumas, agressores precisam de um tratamento para descobrir a origem e os motivos que o fazem agredir pessoas para que a solução possa ser encontrada. Não menos importante, os espectadores também precisam de muita atenção, pois podem carregar culpa por não conseguirem, por exemplo, reagir ao ver um amigo sendo vítima de *bullying* e, o ambiente hostil, mesmo não estando no papel de vítima ou agressor, é totalmente maléfico para o processo de ensino-aprendizagem.

Para quem já foi vítima, é preciso superar, ver o mundo por um ângulo diferente, não desistir e não deixar de seguir em frente. Há acontecimentos que nunca são esquecidos e é preciso força para vencer cada marca deixada pelo *bullying*. E, ainda, para os que foram espectadores que carregaram culpas, absolvam-se, nem sempre é possível fazer o que se tem vontade, mas há superação para quem luta, passando de espectadores para atuantes.

É preciso salientar que todos os autores dos relatos acima já sofreram bullying, frequentam sessões com psicólogos e fazem uso de medicações prescritas por psiquiatras.

Dos Direitos Humanos Ao Trabalho Pedagógico

Uma possibilidade de superação para as mais distintas violências no âmbito escolar seria a Educação em Direitos Humanos. Para Candau (2008, p. 67) não basta denunciar as violações e proteger as vítimas, mas também criar ações e processos orientados à prevenção, à afirmação dos direitos humanos em todos os âmbitos da sociedade, da família e políticas públicas. Esse é o propósito da Educação em Direitos Humanos, uma busca intensa e cotidiana pela paz na escola e também na sociedade através da prevenção aos problemas que elas enfrentam.

Na página oficial da ONU – Organização das Nações Unidas observa-se que historicamente a primeira carta de direitos humanos do mundo se deu quando Ciro, O Grande, conquistou a cidade da Babilônia, em 539 A.C. Este libertou escravos, declarou o direito de escolha de religião e estabeleceu a igualdade racial. Todos os atos foram registrados em um cilindro de argila que ficou conhecido como Cilindro de Ciro.

Observa-se que as determinações deste cilindro se correlacionam aos quatro primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tais ideias chegaram à Índia, Grécia e Roma onde foi construído o conceito de “lei natural”, mediante a constatação de que as pessoas detinham a vocação de se conduzirem por meio de leis não escritas. O direito romano baseia-se nas ideias racionais oriundas da natureza das coisas.

Os documentos que reconhecem os direitos individuais podem ser identificados como a Carta Magna (1215), a Petição de Direito (1628), a Constituição dos Estados Unidos (1787), a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), e a Declaração dos Direitos dos Estados Unidos (1791).

No pós-segunda guerra mundial delegados de cinquenta países reuniram-se em San Francisco em 1945, na Conferência das Nações Unidas, na Organização Internacional, objetivando formar um corpo internacional para promoção da paz e prevenção de futuras guerras tendo em vista com os seguintes ideais: “Nós os povos das Nações Unidas estamos determinados a salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes na nossa vida trouxe incalculável sofrimento à Humanidade”. Tal Carta da nova organização das Nações Unidas passou a vigorar a partir de 24 de outubro de 1945 e é comemorada todos os anos como o Dia das Nações Unidas.

No dia 10 de dezembro de 1948 após reuniões da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas oficialmente foi publicada a Declaração Universal dos Direitos Humanos sendo adotada pelas Nações Unidas que proclama:

Art. 1º - O desconhecimento e o desprezo dos direitos humanos conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade, e o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem.... Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.

Observa-se que todos os Estados Membros das Nações Unidas se tornaram signatários da Declaração de Direitos Humanos e se comprometeram na promoção de seu teor. Tais direitos fundamentam leis constitucionais das nações democráticas, inclusive a Constituição da República Federativa Brasileira. A crise de humanidade vivenciada no Brasil marcada pelo racismo, intolerância, xenofobia, sexismo, elitismo e outras mazelas, no entanto, impedem as relações interculturais e harmônicas entre os brasileiros.

Dentro de tal conjuntura analisa-se que as pautas educacionais mundiais prezam a conectividade, uma vez que o mundo interligado necessita aprimorar a compreensão entre os indivíduos mediante diálogos interculturais, a globalização de mercado e conhecimentos. Tais pautas mundiais, no entanto, atingem tanto os grandes centros urbanos, como também, os pequenos lugarejos e vice-versa. Barreiras culturais não cabem no mundo conectado por pontes tecnológicas, caso contrário há a supervalorização da “fibra ótica” em detrimento da “fibra ética”, que pode constituir o princípio da autodestruição da espécie humana. Desta forma, faz-se necessário alto investimento na educação e nos movimentos anti-discriminatórios e promotores do empoderamento das minorias sociais.

O aluno, neste contexto, necessita ser estimulado a cultivar o desejo de aprender, a elaborar projetos futuros, praticar o respeito e a aceitação às diferenças, rechaçando rótulos e preconceitos. Tal posicionamento infanto-juvenil só pode ser impulsionado por experiências – estéticas, culturais, intelectuais e relacionais rumo à construção de uma sociedade mais igualitária e que adote a cultura de paz. O aluno, porém, não estabelece uma autoformação criacionista de valores interpessoais. Ele necessita da intermediação dialogada com professores que constantemente busquem atualizações em formações continuadas. Professores também conectados com as pautas mundiais e locais sobre a necessária permeabilidade das fronteiras culturais rumo a potencialização da criatividade de cada ser humano.

Dialogar interculturalmente está para além de não ser racista, homofóbico, sexista, xenofóbico e elitista. Infere em assumir posturas anti-homofóbica, anti-sexista, antixenofóbica e anti-elitista, ou seja, não basta atender ao mercado do “politicamente correto”, necessita ser uma concepção de vida.

Neste ponto entra a figura fundamental da equipe pedagógica em trabalho fundamentado na formação e orientação em movimento conjunto com os outros atores educativos rumo construção gradativa de homens dotados de conhecimentos, sentidos, emoções e humanidade. Este profissional pode ser capaz de potencializar verdadeiros encontros interculturais em substituição aos conflitos que permeiam o cotidiano envolvendo todos os “diferentes” em tempos de globalização capitalista industrial.

Observa-se que a cultura de cada povo não configura em um simples dado estatístico, mas em autêntica construção histórica que fundamenta a identidade de cada ser.

Candau (2008, p. 47) ressalta que tem sido feito um esforço sistemático orientado à defesa e proteção dos direitos fundamentais, tanto pelo governo como por organizações da sociedade civil, pelo menos nos últimos anos. Ao longo dos últimos 30 anos, por meio de etapas distintas e em constante articulação com diferentes contextos político-sociais vividos pelos países, a Educação em Direitos Humanos vem se afirmando e construindo seu percurso tanto no espaço escolar, quanto fora dos muros da escola.

No Brasil, no cenário das políticas públicas, as iniciativas se ampliaram, principalmente após a promulgação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003, como: seminários, palestras, cursos e etc., que são produzidos por organizações não governamentais universidades e órgãos públicos. Porém, Candau (2008, P. 67) afirma que nem sempre é claramente explícita a concepção de Educação em Direitos Humanos que norteia estas iniciativas, questão que considera de extrema relevância.

O Brasil vive em uma realidade que difere de tudo aquilo que esse modelo educacional pressupõe. Candau (2008, P. 68) ressalta que vivemos em um contexto de políticas neoliberais, de debilitamento da sociedade civil, de indicadores persistentes de acentuada desigualdade social, de discriminação e exclusão de determinados grupos socioculturais.

A afirmação acima mostra que o Brasil ainda precisa percorrer um enorme caminho para que se efetive a Educação Em direitos Humanos dentro e fora das escolas. A sociedade brasileira precisa de uma mudança radical para que o respeito à diversidade seja realmente efetivo. A escola brasileira precisa fazer com que os alunos se reconheçam como seres de direitos através de sua pedagogia, dia a dia, e também mostrar caminhos para que eles saibam agir da maneira certa quando esses direitos forem violados.

Discussão e Conclusão

Um dos grandes desafios da educação brasileira com relação ao trabalho do orientador para o enfrentamento de distúrbios comportamentais e emocionais dos alunos, que interferem no andamento dos processos de ensino-aprendizagem, na administração escolar e no trabalho do professor e da equipe de orientação, é um papel frente às crises emocionais vivenciadas pelos adolescentes nos tempos de pós-modernidade, que envolvem tanto os alunos quanto os professores e profissionais que trabalham na educação.

Atualmente, os episódios de ansiedade, pânico, depressão, e outras situações mais graves, estão diretamente ligados ao imaginário social e a pressão que ela exerce nos adolescentes, o que pode levar ao viés da discriminação a não aceitação das diferenças em geral, e estas manifestações se fazem presentes no espaço escolar.

Assim sendo, a educação enfrenta um importante desafio de mudanças positivas na sociedade, refletindo constantemente sobre o planejamento curricular, a construção de novas metodologias ativas que sejam significativas para os alunos, também, preparando todos os profissionais da instituição escolar para lidarem com a diversidade, trabalhando junto com os pais e a comunidade escolar. No entanto, faz-se necessário, a preparação de projetos voltados para essa diversidade cultural em seu projeto político pedagógico, com a participação de todos que estão ligados direta ou indiretamente com a escola.

Dessa forma, é necessário o desenvolvimento de uma pedagogia pautada na democracia, com o objetivo de criar uma nova sociedade, onde os alunos possam ser solidários, empáticos, respeitosos e capazes de viver em coletividade de forma harmônica.

É importante salientar que as instituições públicas de ensino brasileiras são frutos de políticas públicas e, infelizmente, não se constituem em políticas de Estado, mas sim, de governo e passam pela descontinuidade destes que assumem o poder, portanto, corre-se o risco neste momento histórico de um gigantesco retrocesso sustentando a desigualdade, discriminação e exclusão.

As conquistas populares, no Brasil, precisam ser reforçadas todos os dias, considerando que na alternância dos governos tudo pode retroceder.

Walsh (2013, p. 34) aborda sobre a diversidade presente nas políticas públicas da seguinte forma:

...esta presencia es efecto y resultado de las luchas de los movimientos sociales-políticos-ancestrales y sus demandas por reconocimiento, derechos y

transformación social, también puede ser vista, a la vez, desde otra perspectiva: la que la liga a los diseños globales del poder, capital y mercado.

O poder do capital e do mercado impactam as políticas públicas que envolvem as questões sobre diversidade cultural conquistadas dos movimentos sociais instituídos historicamente no Brasil. Segundo Touraine (1985, p.749), "movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica". Compreende-se, portanto que os movimentos sociais emergem mediante situações de desigualdade cotidianas e objetivam estabelecer uma nova ordem, novas perspectivas e formas de vida que sejam pautadas pela equidade. Tais movimentos sociais podem se apresentar de forma passiva, quando buscam a manutenção de estruturas sociais a fim de preservar direitos reconhecidamente instituídos e, ainda, a forma ativa quando rompem com padrões sociais institucionalizados projetando intensas transformações sociais.

Segundo o autor (1985, p. 749-787) a definição de movimento social parte principalmente de três princípios básicos: princípio de identidade, princípio de oposição, e princípio de totalidade, o que seja:

1. Princípio de identidade: corresponde à autodefinição do ator social e à sua consciência de pertencer a um grupo ou classe social. Um movimento social só pode se organizar se essa definição for consciente. Entretanto a formação do movimento precede essa consciência. É o conflito que constitui e organiza o ator.
2. Princípio de oposição: Um movimento só se organiza se puder nomear seu adversário, mas a sua ação não pressupõe essa identificação. O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores;
3. Princípio de totalidade: os atores em conflito, mesmo quando este seja circunscrito ou localizado, questionam a orientação geral do sistema. Um movimento social não é inteligível senão na luta tendo em vista o "controle da historicidade", isto é, dos modelos de conduta a partir dos quais uma sociedade produz suas práticas.

Ao abordar o conceito de movimentos sociais urbanos, Manuel Castells (1999, p. 94) analisa que este seria um "sistema de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana”.

Desta forma a sociedade civil se organiza formando ONGs, fóruns, redes de conhecimento, protestos e pressões políticas em movimento de exercício pela democracia e garantia da cidadania; reivindicando políticas públicas voltadas para um projeto que minimize as desigualdades sociais, principalmente mediante grandes manifestações públicas.

Pobres, negros, indígenas e demais minorias sociais no país, são os grupos mais atingidos pela exclusão social, principalmente, através da educação oferecida nas escolas públicas comprometidas na estrutura física, nos modelos de ensino-aprendizagem e na desvalorização da profissão docente. Assim, mesmo após avanços em termos de instrumentos legais as escolas ainda impõem uma padronização cultural com os saberes que o Estado estabelece como adequados à população, desconsiderando a diversidade social dos atores que a compõem.

Sendo um ambiente de interação entre os alunos, a instituição escolar necessita mudanças para uma educação de qualidade que valorize as diferenças e promova o reconhecimento e respeito entre todos, apoiando e educando para o exercício da cidadania

dentro e fora da escola como direito universal. Dessa forma, o respeito aos direitos fundamentais do ser humano podem evitar situações como o bullying, e suas consequências.

Por outro lado, a Educação em Direitos Humanos objetiva a inclusão através da pedagogia da diversidade cultural, promovendo o respeito às diferenças, construindo seres humanos livres e autônomos. Questões que devem ser trabalhadas desde a educação infantil, período no qual os alunos estão começando a construir a compreensão do mundo e seus valores. Assim, desde a mais tenra idade elas identificam as diferenças e constroem a partir delas, as semelhanças. Todos somos iguais biologicamente, as preferências é que mudam.

Destarte, a chave para a Orientação Educacional auxiliar no crescimento do aluno, seja psicopedagógico, educacional ou da saúde e, na prevenção de distúrbios entre adolescentes é a educação para a cidadania consciente, superando assim, o antagonismo entre igualdade e diferenças, fatores que devem ser articulados para evitar as manifestações emocionais negativas, de violências e bullying.

Referências

- Andrade, M. (Org.) (2009). *A diferença que desafia a escola: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural*. Rio de Janeiro: Quartet.
- Bradley, J. (1993). Methodological issues and practices in qualitative research. *The Library Quarterly*, 63(4), 431-449. doi: 10.1086/602620.
- Brasil, Lei nº 11.645. de 10 de Março de 2008 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Publicado em: Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.
- Brasil, MS. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo*. Brasília, DF, 10 out.1996. v. 134, n. 201, out. 1996. Seção 1, p.21.082-21.085 Retrieved from http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html.
- Candau, V. M. (2008). Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de educação*, 13(37), 45-56. doi: 10.1590/S1413-24782008000100005
- Castells, M. (1999). Outra face da Terra: Movimentos sociais contra a nova ordem Global. In *O poder da Identidade*, (pp. 93 – 139). São Paulo: Paz e Terra. Retrieved from https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251283/mod_resource/content/0/castells_m_o_poder_da_identidade.cap_2.pdf
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista portuguesa de educação*, 16(2), 221-236. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>

- Fante, C. (2005). *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas: Verus Editora.
- Gomes, N. L. (2003). Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 75-85. doi: 10.1590/S1413-24782003000300002
- McLaren, P. (1997). *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Editora Cortez.
- Neto, A. A. L. (2005). Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de pediatria*, 81(5), 164-172. doi: 10.1590/S0021-75572005000700006
- Santos, M.de S. X. dos. (2019). *Por quê? Uma análise dos discursos sobre suicídio no jornalismo diário*. (Teses de Mestrado publicada). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre. Retrieved from <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8666>
- Souza Minayo de, M. C., & Minayo-Gómez, C. (2003). Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In P. Goldenberg, R. M. G. Marsiglia, M. H. de A. Gomes (Org.), *O Clássico e o Novo*, 117. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ. doi: 10.7476/9788575412510
- Touraine, A. (1985). An introduction to the study of social movements. *Social Research*, 52(4), 749-787. Retrieved from https://www.ses.unam.mx/docencia/2017II/Touraine1985_AnIntroductionOfTheStudyOfSocialMovements.pdf
- Vianna, C. P. (2015). O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, 41(3), 791-806. doi: 10.1590/s1517-97022015031914.
- Walsh, C. (2012). *Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas*. *Visão Global*, 15(1-2), 61-74. Retrieved from <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>.

Fecha de recepción: 02/12/2019

Fecha de revisión: 06/02/2020

Fecha de aceptación: 21/01/2020